



O liberalismo conservador das elites catarinenses e a ditadura civil-militar: breves apontamentos sobre um possível diálogo

RICARDO DUWE*

No ano de 1971, em meio a uma série de ataques às oligarquias catarinenses, o então Deputado Estadual Celso Ramos Filho, filho do ex-governador (1961-1966) e então senador (1967-1975) Celso Ramos, sobrinho do também ex-governador (1935-1937) e ex-senador (1955-1958) Nereu Ramos, e neto do, por sua vez também ex-governador (1902-1905 e 1910-1914) e ex-senador (1915-1917 e 1935-1937) Vidal Ramos, e até mesmo primo do ex-governador (1947-1951) Aderbal Ramos da Silva, afirmou o seguinte ao defender a presença da sua família na política catarinense por tantos anos e de forma tão proeminente:

Eu devo dizer que muitos tem falado sobre oligarquia neste Estado e neste País. Eu mesmo fui tachado de oligarca. Devo afirmar que não me julgo um oligarca. O termo oligarquia – ai está nos dicionários – representa um governo de poucos e, implicitamente se subentende, um governo de força. Estou na Assembleia pela segunda vez, ungido pelo voto popular. Na primeira vez com 7 mil votos, e na segunda, com 17 mil, um dos deputados mais votados. Pertencço, sim, a uma família de políticos, como existe família de magistrados, família de almirantes, de generais. Eu pertencço a uma família de políticos. Tenho comigo isto que é, antes de tudo, um ônus e uma responsabilidade: de honrar as tradições de uma família que tem, na vida pública e política deste Estado, um crédito de realizações positivas. **Por isso, que eu entendo que não se deva confundir política de família com família de políticos** [grifo nosso]. Isso já tem sido dito e eu repito. Para mim, é sobretudo uma honra e uma responsabilidade pertencer a esta família de políticos. E acredito que seria uma injustiça que não se permitisse que eu pudesse participar da vida pública, pelo simples fato de pertencer a uma família de políticos.¹

Curiosamente, no ano de 2001, em uma entrevista para o programa *Roda Viva* da *TV Cultura*, o ex-governador (1979-1982) e então Senador no seu segundo mandato – o primeiro foi entre os anos de 1983 à 1990 - Jorge Konder Bornhausen, ao ser interpelado a respeito da longevidade da sua família na política catarinense, atribuiu o motivo a uma *razão muito simples*, a de que estes são “uma família de políticos que não faz política de família”.²

* Ricardo Duwe é bolsista CAPES-DS e mestrando no Curso de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina

¹ Celso Ramos explica posição de Colombo Salles. **O Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, p.4, 26/09/1971.

² Entrevista disponível na íntegra no endereço: http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/354/entrevistados/jorge_bornhausen_2001.htm. Acessado 02/11/2014

Aqueles que analisarem estas duas falas levando em conta somente os aspectos internos do texto - ou seja, sem levar em conta os aspectos sociais e históricos inerentes a produção do mesmo - facilmente perceberão a permanência na forma da argumentação de ambos locutores, mesmo tendo em vista a distância temporal de 30 anos. Por outro lado, para os que aceitarem ir além, e encarar o desafio de confrontar estas falas com o mundo social, entre outros fatores, irão deparar-se com uma permanência na forma normativa que um grupo social se representa, tal como esta representação possui uma evidente finalidade de um postulado político. Em outros termos, estamos navegando por entre o campo dos comportamentos e das representações, ou seja, da *cultura*, e o das disputas pela organização social e pelo Estado, o da *política*. Expostas estas reflexões, podemos dizer que este artigo busca realizar alguns apontamentos a respeito de como podemos utilizar o conceito de *cultura política* para analisar os comportamentos políticos. Mais precisamente, utilizaremos deste conceito para refletir a respeito da forma como o liberalismo conservador foi interpretado por uma parcela das elites catarinenses, tal como norteou diversas das suas ações enquanto grupo, ou mesmo de seus indivíduos, sendo que atribuiremos um especial enfoque no período da ditadura civil-militar.³

Doravante, neste trabalho, teremos três grandes perguntas norteadoras: 1) o que entendemos por cultura política e no que este conceito nos pode ser útil para se compreender os comportamentos políticos?; 2) Partindo da ideia de que o liberalismo conservador gerou uma cultura política na qual as elites catarinenses desempenham papel fundamental, quais seriam as suas características?; 3) e por fim, de que forma esta cultura política operou durante os anos de ditadura civil-militar? Adentraremos então na difícil tarefa de atribuir convincentes respostas para tais perguntas. Assim, enquanto primeiro passo, realizaremos alguns apontamentos teóricos que irão nos auxiliar nas reflexões posteriores a respeito de cultura política.

Cultura política

³ Consideramos pertinente definirmos a nossa concepção de ditadura civil militar. Vamos ao encontro de René Armand Dreifuss, que defende a tese de que o golpe de 1964 teria sido um golpe classista, tal como que a ditadura subsequente manteria este mesmo caráter. De acordo com o autor, “essa verdadeira elite das classes dominantes (...) preservou a natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de (...) um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário”. (DREIFUSS, 1981: 485)

Para Jean-François Sirinelli, trata-se de “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido, ou mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”. (SIRINELLI, 1992: 3-4 APUD BERSTEIN, 1998: 350) Partindo da premissa de Sirinelli e desenvolvendo-a, Serge Berstein afirmaria que a cultura política constituiria “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama”. (BERSTEIN, Ibidem: 350) Para o autor, de forma mais categórica, a cultura política de um grupo pode ser compreendida enquanto uma simbiose entre uma base filosófica ou doutrinal (Ex: o liberalismo, o marxismo, o positivismo, etc.) , uma leitura comum e normativa do passado (Ex: uma guerra, uma greve, um ato de uma personagem, etc.), uma concepção de organização do Estado (Ex: Estado mínimo, Estado total, ou mesmo a destruição do Estado, etc.) e um discurso codificado com representações, tais como: símbolos, rituais e gestos próprios (Ex: a foice o martelo, as eleições na democracia liberal, a continência, etc.).⁴

Indo ao encontro da perspectiva dos autores já mencionados, Rodrigo Pato Sá Motta busca atribuir uma definição mais precisa para o termo, apresentando-o enquanto:

conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (...) Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009: 21-22)

Por fim, uma dos pontos fulcrais para ser definir uma cultura política, tanto para Berstein quanto para Motta, é a questão do tempo e da duração. Para ambos os autores, este é um fenômeno marcado mais por permanências do que por rupturas, sendo inadequado utilizar o termo para definir processos históricos de curta duração (Ex: o integralismo), ou mesmo um evento (Ex: a Revolução Francesa). Na acepção de Berstein, somente devemos usar o termo quando determinada ideia política conseguir estabelecer-se na sociedade a ponto de, não somente atribuir respostas significativas para os problemas de algum grupo social, mas

⁴ Para uma definição mais detalhada de cada uma das categorias que compõe a cultura política propostas por Berstein Cf: BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.29-46.

atribuir-lhe um conjunto de representações de forma normativa, criando assim uma espécie de grelha de análise da realidade que torna-se evidente para tal grupo, e devido a complexidade deste processo, é necessário o espaço de pelo menos duas gerações para que ele se configure enquanto cultura política. (BERSTEIN, op.cit: 356) Para Motta, fazendo uso da tipologia braudeliana, “para configurar uma cultura política seria preciso pelo menos a média duração, não obstante alguns casos possam ser classificados como de longa duração (a exemplo de republicanismo, liberalismo e socialismo)”. (MOTTA, op.cit: 22) Ainda para este, “o valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero”. (Idem, Ibidem)

Embora concordemos com todos os aspectos salientados por Berstein e Motta até então, acreditamos que os autores não atribuem o devido ênfase na importante relação que há entre a formação de uma cultura política e o desenvolvimento econômico da sociedade capitalista. Encontramos em uma das teses do historiador russo Alexander Gerschenkron alguns apontamentos que consideramos pertinentes para suprir essa necessidade de dialética entre a formação das ideias políticas e suas condições materiais.

Ao analisar a atuação das ideologias durante o processo de industrialização em distintos países europeus, Gerschenkron observa que em cada caso houve uma dinâmica peculiar de valores, um estilo próprio de se pensar o desenvolvimento material e a organização social. De acordo com o autor, a tese de Marx de que os países menos desenvolvidos industrialmente tendem a ter os mais desenvolvidos como a sua imagem de futuro é de fato verdadeira, mas seria somente uma *meia-verdade*. Para Gerschenkron, um importante fator reside justamente na tensão entre a apropriação dos valores estrangeiros de um determinado país e a realidade social do país que a exporta, sendo que este último, mesmo buscando se espelhar no primeiro, acabaria por gerar soluções próprias para lidar e pensar o seu desenvolvimento. (GERSCHENKRON, 1966)

Se de acordo com Berstein, o nascimento de uma cultura política corresponde “às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises em sua história” (BERSTEIN, 1998: 355), nos parece extremamente relevante, principalmente ao tratarmos de sociedades contemporâneas, não descartar as questões econômicas referente ao desenvolvimento do capitalismo da formação das ideias e identidades políticas. Independente da cultura política em questão, ela terá uma opinião formada a respeito deste desenvolvimento e sua relação com o Estado e a sociedade.

Os socialistas tenderão a tecer duras críticas ao modelo capitalista de desenvolvimento devido a tensão entre as classes sociais; os trabalhistas irão reivindicar por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho dentro do modelo capitalista; os autoritários irão se prontificar a defender este modelo em momentos de crise; e os liberais acreditam profundamente neste modelo, mas que a influência do Estado, enquanto agente regulador deste desenvolvimento, tende a atrapalhar, ou até mesmo retardar o mesmo, cabendo este papel a iniciativa privada e ao livre mercado. Estes simplórios exemplos servem apenas para salientar a importância das questões econômicas na formação de uma cultura política, não cabendo analisar este fenômeno meramente pela chave da cultura e da formação de identidades e representações políticas, sem levar em conta a base social de sua produção. Afinal de contas, se as culturas políticas disputam espaço entre si, elas também disputam pelo poder de direcionar, ou até mesmo de negar, o desenvolvimento dos modos de produção capitalista.

Tendo feito estes apontamentos de caráter teórico, partiremos para o segundo momento deste artigo, no qual tentaremos definir o que de fato caracteriza a cultura política liberal da elite catarinense enquanto um fenômeno específico. Quais seriam as suas principais características, suas redes de sociabilidades, práticas e representações? Sob que base social e econômica esta se formou ao longo do século XX?

O liberalismo conservador das elites catarinenses

Embora as ideias liberais tenham circulado em Santa Catarina desde a década de 1830 (CABRAL, 2004; MEIRINHO, 1997), tendo, inclusive, gerado um Partido Liberal de considerável expressão política, devemos diferenciar o caráter deste liberalismo do século XIX para o que analisaremos no século XX. Se o primeiro tinha como seu principal caráter combater o absolutismo, defender os ideais republicanos e pregar as liberdades individuais - principalmente ao que tangia a liberdade de imprensa, principal veículo destas ideias no período mediante periódicos de tímida expressão - o segundo possuía um caráter muitíssimo mais conservador. Dois motivos nos parecem essências para se diferenciar estes dois momentos, sendo: 1) Os liberais do século XIX não possuíam grande poder econômico, enquanto uma das principais características das famílias Konder Bornhausen e Ramos será justamente o de possuírem fortes vínculos com os grandes empresários nos mais diversos setores do Estado; 2) Os principais nomes destas duas famílias que tanto influenciarão a

cultura política liberal conservadora não eram oriundos do Partido Liberal, mas do Partido Conservador em Santa Catarina. Vidal Ramos iniciou sua carreira no Partido Conservador e o avô dos irmãos Adolfo, Victor e Marcos Konder, o Major José Henrique Flores, também foi um nome de peso dentro do mesmo.

A tese de Alcides Goularti Filho, intitulada *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*, nos brinda com importantes contribuições para pensarmos a relação entre o desenvolvimento econômico local e o surgimento deste liberalismo conservador das oligarquias catarinenses. Goularti Filho identifica e periodiza quatro padrões de crescimento na economia catarinense, sendo estes: 1) os anos de 1880 a 1945: caracterizados pela origem e crescimento do capital industrial; 2) os anos de 1945 a 1962: marcados pela diversificação e ampliação da base produtiva; 3) os anos de 1962 a 1990: quando há a integração e a consolidação da indústria catarinense; e 4) pós-1990: tempos de abertura comercial e financeira e da desregulamentação da economia com o esfacelamento do Estado. (GOULARTI FILHO, 2001) As famílias Ramos e Konder Bornhausen vão despontar na política catarinense durante este primeiro período de crescimento da economia catarinense enquanto representantes das então incipientes atividades econômicas de suas respectivas regiões. Tendo sua origem na cidade de Lages, os Ramos irão representar os pecuaristas e extratores de erva mate do Planalto catarinense, enquanto os Konder de Itajaí, estarão atrelados as atividades de comércio marítimo e fluvial, tanto de exportação quanto de importação da cidade, e também terão sólidas relações com a indústria têxtil da região do Vale do Itajaí, principalmente os industriais de Blumenau e Brusque. Os membros deste último grupo ainda terão participação decisiva na fundação do primeiro banco de crédito do Estado: o INCO (Banco da Indústria e do Comércio) em 1935.

Tendo mapeado e contextualizado a base social e as atividades econômicas as quais estas famílias estavam atreladas, podemos realizar debates a respeito das características desta cultura política. O primeiro ponto que nos chama a atenção é o fato de, ao analisarmos a questão do poder local em diversos Estados brasileiros, Santa Catarina talvez desponte como uma das regiões onde este concentrou-se por um maior período de tempo nas mãos de dois grupos específicos, tal como podemos observar nos quadros abaixo.

Quadro 1 – Presença Oligárquica no Executivo do Estado de Santa Catarina

Governador	Período
-------------------	----------------

Vidal Ramos	1902-1905
Vidal Ramos	1910-1914
Adolfo Konder	1926-1930
Aristiliano Ramos	1933-1934
Nereu Ramos	1935-1937
Aderbal Ramos da Silva	1947-1951
Irineu Bornhausen	1951-1956
Celso Ramos	1961-1965
Antônio Carlos Konder Reis	1975-1979
Jorge Konder Bornhausen	1979-1982

Fonte: PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis: Editora Insular, 2007. p. 106.

Quadro 2 – Presença Oligárquica no Senado do Estado de Santa Catarina

Governador	Período
Vidal Ramos	1915-1917
Vidal Ramos	1935-1937
Nereu Ramos	1955-1958
Irineu Bornhausen	1959-1962
Antônio Carlos Konder Reis	1963-1975
Celso Ramos	1967-1970
Jorge Konder Bornhausen	1983-1990
Jorge Konder Bornhausen	1999-2007

Fonte: PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles**: o jogo da verdade. Florianópolis: Editora Insular, 2007. p. 106.

Torna-se importante frisar que estas duas famílias possuem um histórico de encontros e, principalmente, desencontros durante suas trajetórias na política catarinense. Os momentos mais marcantes desta rivalidade encontram-se na revolução de 1930, pois o governo estadual, sob o comando dos Konder, apoiava o Governo Federal e foram depostos pela Aliança Liberal, sendo que a oposição chefiada por Nereu Ramos assume em seu lugar e inicia uma série de medidas contra a população teuto-brasileira e a família Konder Bornhausen.⁵ Com o

⁵ De acordo com René Gertz, uma série de medidas contra os Konder Bornhausen e as populações teuto-brasileiras são tomadas a partir de então, tal como o aumento de impostos sob o capital (o que afetava

retorno dos partidos políticos em 1945, os dois grupos colocam-se de forma diametralmente oposta e a rivalidade apenas aumenta. Os Ramos passam a chefiar o PSD e os Konder Bornhausen a UDN. Entretanto, com o golpe de 1964 e a edição do AI-2 em 1965, ambas as famílias unem forças para liderarem a recém-criada Arena. A pergunta que nos resta é: mesmo com este histórico, podemos inserir ambas as famílias dentro de uma mesma cultura política?

Acreditamos que a resposta para tal questão seja positiva devido ao fato de que, embora tenham disputado o poder local durante inúmeras situações, ao analisarmos as práticas, representações e visões de mundo destas famílias, percebemos muitos aspectos em comum, tais como: o estilo político personalista e clientelístico de se fazer política, na qual o poder político passa, usualmente, do patriarca para o seu primogênito; uma concepção de organização do Estado em comum, na qual defenderiam o modelo democrático liberal de caráter federativo, pois é nele que estas famílias colocar-se-iam enquanto *'fidedignos representantes'* dos catarinenses na política regional e nacional; ambas sempre representarem os interesses econômicas das elites industriais e latifundiárias de Santa Catarina, sendo que os membros de ambas as famílias sempre desempenharam importante papel à nível nacional de negociar políticas econômicas favoráveis aos principais produtores do Estado, ao mesmo tempo que combatiam quaisquer mobilizações sociais que divergissem do interesse destes - papel que ficará ainda mais evidente no período ditatorial. Acreditamos que a formação da Arena e a aliança entre estas famílias é um momento em que se torna evidente o caráter não somente ideológico, mas de interesses de classe comum entre ambas. Doravante, tentaremos esclarecer algumas das características desta cultura política que consideramos mais relevantes.

Para refletirmos a respeito do processo de formação de uma sólida rede de sociabilidades destas elites e a constituição de uma cultura política, a dissertação de Patrícia Zumblick Santos May, *Redes político-empresarias de Santa Catarina (1961-1970)*, torna-se uma importante referência. (MAY, 1998) Tendo como seu objetivo fundamental reconstituir a rede de relações, privilégios e influências entre empresários e políticos em Santa Catarina durante a década de 1960 mediante a teoria das redes, May observou como estes dois grupos sempre estiveram intimamente articulados com os interesses da iniciativa privada desde o início do século, utilizando da política para articular seus interesses de classe.

especialmente os industriais de descendência alemã do Vale do Itajaí), a fragmentação da cidade de Blumenau em diversos municípios menores, e a forte reação contra esta última medida levou o governo estadual a mandar ocupar a cidade por uma seção da política militar armada com metralhadoras. (GERTZ, 1988: 66-67)

Uma das características desta rede e da cultura política destas elites, é a da passagem do poder político ou econômico para o patriarca da próxima geração e a continuidade dos vínculos entre as famílias. Para fins de constatação empírica, tomemos alguns exemplos da relação de longos anos entre as famílias Konder e Hering, fundadores da Cia. Hering em Blumenau. De acordo com Maria Luiza Renaux Hering, os fundadores da Cia. Hering, os irmãos Hering (Hermann e Bruno), também foram os organizadores da primeira associação dos eleitores do PRC em Blumenau e possuíam grande vínculo de amizade com os irmãos Márcio, Victor e Adolfo Konder, nomes que no final do século XIX e início do XX, já vinham trilhando o seu caminho para tornarem-se às principais referências do partido à nível Estadual.⁶ Ao passarmos de geração, podemos encontrar a permanência desta relação entre famílias no livro do centenário de Blumenau de 1950, onde Antônio Carlos Konder Reis, sobrinho de Adolfo Konder, teceu um texto em homenagem ao filho de Hermann Hering, Curt Hering, também presidente da empresa, membro do PRC e ex-prefeito da cidade, propondo elogiosamente que “embora não fosse político no sentido comum da palavra, (...) [Curt] compreendeu que as classes conservadoras deviam tomar parte na administração para o bem da comuna, e assim foi impelido a ingressar na vida pública”. (CENTENÁRIO DE BLUMENAU, 1950: 390-392) Por fim, na biografia póstuma de Ingo Hering, filho de Curt, diretor-presidente da Cia. Hering e membro da UDN, Arena e PDS, temos relatos de que, após completar os seus estudos na Alemanha em 1927, Ingo passou a residir na casa de Victor Konder para aperfeiçoar o seu português, pois os Konder eram alemães sem sotaque. (ARANTES, 2008: 80) Na mesma biografia, possuímos um texto de Jorge Konder Bornhausen dedicado à memória de Ingo Hering. (Idem, Ibidem: 122-124)

Embora tenhamos apresentados dados de diferentes épocas, sendo que não necessariamente eles possuem uma relação direta entre si, acreditamos que estes diversos exemplos da íntima relação entre as famílias Konder Bornhausen e Hering ao longo de três gerações nos oferecem importantes pistas para pensarmos o importante papel que os partidos políticos desempenharam na formação desta cultura política. Além de servirem enquanto instrumentos destas elites para a defesa dos seus interesses de classe, também auxiliaram na consolidação das redes de sociabilidades destes membros da elite catarinense, na qual circulava-se ideais políticos conservadoras. Embora May não adentre nas discussões a

⁶ Os Herings teriam desenvolvendo assim um estilo político personalista e paternalista entre empresários e colonos, legitimando-se enquanto representantes de grande número de votos, tal como os que melhor podiam representar os trabalhadores. Cf: HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987. p.177.



respeito de cultura política, na conclusão do seu trabalho, a autora nos brinda com uma instigante reflexão, na qual afirma que “estas redes, que estão na genealogia do poder político catarinense, estabeleceram seu domínio, divulgando valores ideológicos que perpassaram sucessivas gerações. Assim, criaram o que poderia ser denominado como uma espécie de cultura política local”. (MAY, 1998: 155)

Um dos aspectos que mais reforça o caráter classista da cultura política das elites catarinenses é uma de suas mais notórias práticas para se manter no poder ao longo dos anos: o clientelismo. Segundo José Murilo de Carvalho, “qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual”. (CARVALHO, 1998: 9) Em seu artigo, *Coronelismo, mandonismo e clientelismo: um debate conceitual*, Carvalho realiza importantes distinções entre os conceitos para que eles não se confundam. Partindo de suas definições, podemos observar que ao longo da história política de Santa Catarina tivemos também praticas coronelistas e mandonistas durante um certo período de tempo, mas acreditamos que somente o clientelismo tenha permanecido enquanto prática social de relação entre as elites e o povo catarinense durante período considerável de tempo para assim fazer parte de uma cultura política. Justificamos este nosso apontamento a partir da própria definição de clientelismo segundo Carvalho:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. (...) Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos, em nosso caso pelos mandões e pelo governo. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país. Sua trajetória, no entanto, é diferente da do primeiro. Na medida em que o clientelismo pode mudar de parceiros, ele pode aumentar e diminuir ao longo da história, em vez de percorrer uma trajetória sistematicamente decrescente como o mandonismo. Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças à sua capacidade de influir sobre o Poder Executivo. (CARVALHO, 1998: 3-5)

Este tipo de discussão está inserida em um longo debate a respeito das formas com que o liberalismo europeu foi *interpretado* ou mesmo *adaptado* em terras brasileiras, e em um senso mais amplo, na América Latina. Autores como Roberto Schwarz defendem que durante o século XIX, o liberalismo seria *uma ideia fora de lugar* em uma sociedade agrária e



predominantemente escravocrata como o Brasil. (SCHWARZ, 1981: 11-31) Por sua vez, Sérgio Buarque de Holanda afirmaria que as mudanças oriundas da transição do Império para a República aos moldes europeus no Brasil seriam *superficiais e artificiosas*, pois estas inovações foram toleradas enquanto não comprometiam a estrutura social vigente dos tempos imperiais, o levando a definir o Brasil enquanto um país “preso às tradições vestido com trajes de uma grande democracia burguesa”. (HOLANDA, 1985: 47) Por fim, Francisco Weffort colocaria em debate a contradição entre conteúdo oligárquico e formas democráticas como uma das raízes do Estado brasileiro. Nas suas palavras:

Como se sabe, nas linhas do desenvolvimento político europeu o liberalismo confere ao Estado seus fundamentos doutrinários como Estado de direito, democrático e nacional, isto é, estabelece os marcos do jogo político como padrões gerais válidos para todos os cidadãos. Os padrões oligárquicos, pelo contrário, tendem a restringir a participação política aos membros de uma *elite* vinculada à grande propriedade da terra ou àqueles setores que poderiam assimilar-se a ela. Deve-se acrescentar, para que se tenha clareza sobre a significação histórica dessas discrepâncias, que elas não se limitam ao plano das ideias políticas, nem mesmo ao plano político-institucional, mas têm haver com o modo de ordenação das estruturas sociais. A ambiguidade liberal-oligárquica no Estado se associa a fenômenos que também se dão nas relações de produção em geral. (WEFFORT, 1989: 121-122)

Sem nos alongar mais neste paradoxo brasileiro em que oligarcas são os principais defensores do liberalismo, apenas constataremos que esta é uma das características do liberalismo proposto pela elite catarinense que sempre resistiu a participação popular dentro dos seus partidos, centralizou a prática política em um seleto grupo de empresários e políticos tradicionais, tal como lutou por manter intactos os seus privilégios de classe. Todo este conjunto de ideias faz parte desta cultura política.

As representações que os membros destas famílias fazem de si enquanto uma *família de políticos*, ou que são *predestinados à função pública* e até mesmo o fato destes se colocarem enquanto *representantes do povo catarinense*, são símbolos também deste *elitismo*. Em um pronunciamento realizado por Antônio Carlos Konder Reis na Câmara de Vereadores de Itajaí, em homenagem aos 100 anos do nascimento de Adolfo Konder em 1984, o discursista corrobora todos estes aspectos acima citado. Konder Reis relata que em meados da década de 1920, o Presidente Arthur Bernardes precisava do apoio dos Senadores catarinenses para aprovar uma reforma constitucional, e para tal, estava inclinado a apoiar um destes nomes para a reeleição no Senado. Entretanto, nem todos os políticos catarinenses estavam



contentes com este apoio, e o liberal Edmundo da Luz Pinto, em discurso na Assembleia Legislativa proferiu o seguinte:

Presidente, o seu atlas político de Santa Catarina está incompleto. Nele faltam três novos continentes: Marcos, Adolfo e Victor Konder. Vossa Excelência, para navegar na política catarinense na busca de um porto seguro para a sucessão de Pereira e Oliveira, se ignorar nossa nova geografia catarinense, certamente naufragará. (KONDER REIS, 1984: 25)

Em outro momento, Konder Reis narraria um período em que Adolfo Konder encontrava-se doente e exilado no Rio de Janeiro devido à política de nacionalização do Estado Novo que atacava os diretamente os descendentes de alemães, afastando os Konder da prática política. Ele, Adolfo Konder, residiria no “Rio de Janeiro, no seu pequeno escritório”, e “recebia todos os catarinenses e sonhava com a volta à política”. Mesmo tendo inúmeras oportunidades de ingressar na vida particular e abrir uma empresa, ou um escritório de advocacia, pois “o seu nome valia muito”, ele não fez nada. “Foi empobrecendo do ponto de vista material e foi-se enriquecendo do ponto de vista moral”. Pois, nada o interessava, senão “a vida catarinense, a atividade política, ser candidato, buscar votos, falar ao povo, promover a solução dos problemas coletivos. (KONDER REIS, 1984: 28-29) A concentração de poder em um seletivo grupo e a predestinação deste à política enquanto representantes dos catarinenses, tudo isto faria parte desta *geografia política* de Santa Catarina a qual deve-se conhecer bem antes de se atrever a navegar.

Por fim, acreditamos que após apresentar algumas características desta cultura política, podemos partir para o desafio final deste artigo, o de apontar algumas considerações a respeito do uso que este grupo fez de sua tradição e poder local para apoiar e auxiliar na legitimação da ditadura em terras catarinenses.

Cultura política e autoritarismo

A tão bem consolidada rede de políticos e empresários de Santa Catarina apoiou abertamente o golpe de 1964. No lado dos políticos, o então governador Celso Ramos, principal membro do PSD, publicou matéria paga no jornal *O Estado* no dia 2 de abril de 1964, fazendo confissão de fé anticomunista e a favor do golpe, afirmando que “o Estado que me confiou, em processo democrático, as responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me mantive, relativamente ao comunismo: repulsa

intransigente e formal”. (RAMOS, 1964 APUD LENZI, 1983: 320-321) Ivo Silveira, também membro do PSD, Presidente da Assembleia e político diretamente ligado à família Ramos, seguiu o mesmo caminho publicando Nota Oficial na imprensa no dia 10 de abril, reforçando o combate ao comunismo e defendendo os ideais da tradição liberal ao colocar que “a pátria necessita de reforma na sua estrutura sócio-econômica, mas as reformas devem ser obtidas pelos meios pacíficos e legais que são exigência de nossa natureza liberal”. (SILVEIRA, 1964 APUD LENZI, Ibidem: 322)

Do lado dos empresários vinculados às famílias políticas, Ingo Hering da UDN, então vereador de Blumenau pelo partido e diretor-presidente da Cia.Hering, também apoiou o golpe de 1964 e o regime subsequente. Segundo a sua biografia, “em 1964, ele tinha a certeza de que João Goulart, em que ele via uma cria de Vargas, estava a ponto de implantar o comunismo no Brasil”. (ARANTES, 2008: 94) Do lado do PDS, o então Senador Atílio Fontana e diretor-presidente da Sadia considerou acertada a decisão dos militares de tomar o poder, pois temia que com a ascensão do comunismo fosse implantando um regime em que as empresas seriam tiradas das mãos dos seus próprios donos e que estes teriam de suplicar para poder futuramente poderem trabalhar na mesma. (FONTANA, 1980: 98-99)

Embora os militares e as elites catarinenses possuam culturas políticas distintas, temos neste momento uma espécie de acordo tácito entre ambas as partes perante um inimigo maior: o comunismo. Segundo Marcel Bursztyn, “a preservação da estrutura tradicional representa uma garantia de legitimidade indispensável do poder central” por parte dos militares. (BURSZTYN, 1984: 161) Entretanto, a centralização progressiva do Estado a partir do autoritarismo implementado em 1964 é ambígua em relação aos poderes locais e as práticas clientelísticas. De um lado, a centralização do poder nas mãos do Governo Federal “caracteriza à ruptura do monopólio, em termos políticos do bloco hegemônico tradicional na região”. (Idem, Ibidem: 30) Por outro,

a estratégia adotada pelo Estado representa ao mesmo tempo, um mecanismo de reforço dos coronéis. Ou melhor, trata-se de um processo simultâneo em que o Estado inviabiliza parcialmente o coronelismo e ao mesmo tempo que uma boa parcela dos coronéis sobrevivem, graças e apesar do Estado. (Idem, Ibidem)

A partir destes relatos, podemos pensar a partir da tese de Reinaldo Lindolfo Löhn de que uma característica marcante da ditadura em Santa Catarina foi a consolidação do que o autor denomina de um *consórcio* entre o Governo Federal, políticos tradicionais do Estado e



empresas privadas, no qual “ao atuarem simultaneamente em esferas públicas e em negócios privados, estiveram no cerne de um bem montado sistema de influências, rentabilidade econômica e controle eleitoral, que seria mantido e ampliado ao longo da ditadura”.⁷ (LÖHN, 2014: 19) Compreendemos assim que haviam concretos interesses materiais em jogo por parte de ambos os lados na manutenção das elites catarinenses e suas práticas clientelísticas no Estado.

Com a extinção dos partidos políticos e a criação da Arena e do MDB a partir do AI-2, as então rivais oligarquias Konder Bornhausen e Ramos tiveram que unir forças dentro do novo partido de apoio ao regime, o aumentou ainda mais o poder políticos destes grupos. Tal medida não chegou a agradar à todos os membros do novo partido. Por exemplo, em carta endereçada ao Presidente Humberto Castelo Branco, e enviada ao Diretório Nacional da Arena em de 1966, o empresário e então prefeito de Joinville, Nilson Bender, reclamava de uma intervenção indevida do Diretório Regional do partido, chefiado pela oligarquia Konder Bornhausen, na sua gestão municipal.⁸

A já bem constituída cultura política destas elites não seria abalada com o golpe de 1964, mas permaneceria de certa forma intacta até o governo Médici, quando teríamos os primeiros atritos entre militares e políticos tradicionais. Esta predileção por técnicos no governo Médici traduziu-se nas indicações para o cargo de Governador nos Estados. No caso de Santa Catarina, o indicado foi Colombo Salles, um engenheiro de portos e canais sem experiência política.

No seu programa de governo, intitulado *Plano Catarinense de Desenvolvimento*, Salles afirmou que “a verdadeira democracia supõe a superação das oligarquias estaduais e municipais, a renovação de valores e a reforma das instituições”.⁹ Salles realizou a formação do seu Secretariado de maneira autônoma e optou por uma equipe de técnicos, na qual, muitos destes eram engenheiros e militares oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG). (PEREIRA, 2007: 87-89) E em relação a Arena, com as políticas do novo governador, o partido dividiu-se entre *ala renovadora* e *ala tradicional*, sendo que o primeiro grupo era constituído por políticos que apoiavam o combate as oligarquias e o segundo pelos

⁷ Para se compreender as implicações deste *consórcio* na economia catarinense, conferir o capítulo em que Goularti defende a tese de que foi neste período que se deu a integração e a consolidação da indústria catarinense, sendo as políticas de fomento por parte do Estado foram fundamentais neste processo Cf: (GOULARTI, 2001: 149-254).

⁸ Seção Correspondências, Pasta 1. Arquivo do Diretório Nacional da Arena. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

⁹ SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974..** Florianópolis: [s.n.], 1971.

tradicionais políticos que buscavam defender a sua tradição política em Santa Catarina. Acirrando ainda mais as disputas dentro do partido, Salles indicou o inflamado Nelson Pedrini para ser Presidente da Assembleia Legislativa. O deputado ficou marcado por ser o líder da *ala renovadora*, e por realizar discursos de ataque direto as oligarquias, sendo célebre o dizer: “não podemos ter o nosso Estado como se fosse uma grande fazenda onde três milhões de catarinenses que lá vivem fossem três milhões de peões a receber ordens ditadas por quatro famílias que mandam na política desde 1930”. (Idem, *Ibidem*: 111)

Os conflitos entre os dois grupos foi intenso durante os anos de governo de Colombo Salles, porém, o grupo tradicional conseguiu resistir aos ataques dos renovadores e retornar ao mais alto cargo do poder estadual com a chegada de Ernesto Geisel a Presidência da República e o abandono total do projeto de renovação política com a indicação de Antônio Carlos Konder Reis para o cargo de Governador no ano de 1975. Yan Carreirão define da seguinte forma a derrocada do projeto renovador:

a verdade é que o poder oligárquico se mostrou mais forte do que esperava a tecnocracia federal. (...) De um lado ficou patente que a resistência ao poder oligárquico internamente à Arena catarinense não tinha consistência ideológica alguma – tratava-se de aproveitar o momento em que o poder central sinalizou para a *renovação política*, no intuito de ganhar o espaço ocupado pelas oligarquias; de outro lado, fica claro também o poder de composição das tradicionais forças políticas estaduais, cooptando seus principais *inimigos internos* e conseguindo, no plano federal, o aval para a indicação dos dois próximos governadores. (CARREIRÃO, 1990: 93)

Ainda durante o período ditatorial, tínhamos a indicação de Jorge Bornhausen para governador em 1979, a eleição de Esperidião Amin em 1982, político diretamente ligado às oligarquias Konder Bornhausen que então despontava como uma jovem promessa política na época. Desta forma, a cultura política das elites catarinenses perpassaria a ditadura de uma forma que ela ainda se encontraria deveras poderosa e influenciando diretamente na política local após o seu fim.

Considerações finais

O principal objetivo deste texto é o de realizar alguns apontamentos a respeito das possibilidades de se trabalhar os tradicionais poderes locais mediante o conceito de cultura política. Afinal de contas, como cria-se *uma família de políticos que não faz política de*



família? Como esta representação pode torna-se normativa dentro de um grupo e esta cultura política hegemônica na sociedade catarinense? O uso de uma escala regional para se analisar um fenômeno como a cultura política, ou um evento como o da ditadura civil-militar costuma trazer respostas interessantes a respeito de uma série de nuances próprias do Estado em questão. Embora a escala a ser utilizada neste trabalho tenha sido à nível estadual, acreditamos que seja possível reduzir a escala para níveis menores ainda, onde quem sabe, possamos escrutinar algumas formas de cultura política de menor alcance, mas que também podem nos revelar resultados surpreendentes a respeito dos estudos referentes às tradições políticas de uma cidade, ou mesmo de um bairro em específico. As possibilidades são inúmeras e este trabalho apenas ensejou destacar algumas características de uma delas ao longo dos anos. Ficam os votos por estudos vindouros.

Bibliografia

- ARANTES, Marco Antônio. **Conversa com Ingo Hering, hoje**. Tubarão: COAN, 2008.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1988.
- _____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- BURSZTYN, Marcelo. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes/CNPQ, 1984.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História da política em Santa Catarina durante o império**. Vol.1. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis: EdUFSC, 1990. P. 93.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: Joachim König; Marianne Wiesebron. (Org.). **Nation-building in nineteenth-century Latin America**. 1ed. Leiden: Research School CNWS, 1998.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes. 1981.
- FONTANA, Atílio. **História da minha vida**. Petrópolis: Vozes, 1980.



GERSCHENKRON, Alexander. Economic backwardness in historical perspective. In: **Economic backwardness in historical perspective: a books of essays**. Massachusetts, The Belknap Press, 1966.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2001.

HERING, Maria Luiza Renaux. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1985.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Alice; LOHN, Reinaldo Lindolfo (orgs.). **Histórias na Ditadura: Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.

MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1970)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

MEIRINHO, Jali. **República e oligarquias: subsídios para a história catarinense: 1889-1930**. Florianópolis: Ed. Insular, 1997.

MOTTA, Rodrigo P.S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo P.S. (org.). **Culturas política**, 2008.

PEREIRA, Moacir. **Colombo Salles: o jogo da verdade**. Florianópolis: Insular, 2007.

REIS, Antônio Carlos Konder,. **Adolpho Konder: improviso proferido na sessão solene da Câmara Municipal de Itajaí, em 16/2/84, centenário de nascimento de Adolpho Konder**. Florianópolis: SECOM, 1984.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas: forma literaria e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 2a ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Fontes (obras-raras)

Livro comemorativo do Centenário de Blumenau: 1850 - 2 de setembro - 1950.



SANTA CATARINA. GOVERNADOR, 1971-1975 (Colombo Salles). **Projeto Catarinense de desenvolvimento, 1971-1974..** Florianópolis: [s.n.], 1971.

Fontes (periódicos)

O Jornal de Santa Catarina. Coleção de periódicos. Biblioteca Estadual de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

O Estado. Coleção de periódicos. Biblioteca Estadual de Santa Catarina, Florianópolis/SC.

Fontes (sites)

BORNHAUSEN, Jorge. Entrevista para o programa Roda Viva, 2001.
http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/354/entrevistados/jorge_bornhausen_2001.htm.
[Acessado 02/11/2014](#)

Fontes (acervo)

Arquivo do Diretório Nacional da Arena. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro